

MÍDIA, SOCIEDADE E DIREITOS HUMANOS.

(Marcelo Canellas)

MARCELO Pasqualoto CANELLAS formou-se em jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (RS), em 1987. É, desde 1990, repórter especial da Rede Globo. Especializou-se na cobertura de temas ligados aos direitos sociais e aos direitos humanos. É jornalista amigo da criança.

Talvez seja apenas um vício de ocupação, afinal já são quase vinte anos exercendo o mesmíssimo ofício de repórter. E repórter é, ou deveria ser, sujeito useiro e vezeiro em torcer o nariz para as aparências. De todo modo, fico muito tentado a desconfiar daquela que seria a melhor notícia dos dados apresentados aqui por Veet Vivarta: a de que apenas 0,3% das notícias analisadas culpa os direitos humanos pelos índices de violência. O fato de os jornais deixarem de reproduzir o senso-comum não significa que ele desapareceu da consciência média das pessoas. Isso só aconteceria se os jornais, ao deixarem de papagaiar o preconceito, avançassem qualitativamente na cobertura, de modo mais reflexivo e propositivo, com ênfase no contexto e na profundidade das grandes reportagens, o que tampouco tem acontecido, como parece estar claro na pesquisa divulgada pela Andi. A impressão que me dá, bem ao contrário, é a de que prevalece uma percepção retrógrada e distorcida do que seriam os direitos humanos. Vou contar uma história muito ilustrativa. Antes de vir para cá, eu estava na redação da TV Globo, em Brasília, fazendo algumas anotações para este debate. O garçom que serve café e água para os jornalistas aproximou-se e perguntou:

- E aí, preparando algum Globo Repórter?

Eu disse que não, que estava me preparando para um debate sobre direitos humanos.

- Direitos humanos? Sou contra! – exclamou com grande espalhafato.

Eu levei um susto e perguntei a ele como alguém pode ser contra os direitos humanos. E só então percebi o tamanho do mal entendido:

- Esse pessoal dos direitos humanos vive defendendo os bandidos sem se importar com as pessoas de bem. – disse o garçom.

Isso me lembrou a cena que um amigo meu presenciou, num vôo do Rio de Janeiro para Brasília. O militar e deputado federal pelo PP do Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro, entrou no avião vestindo uma camiseta que tinha os seguintes dizeres: “Direitos Humanos, o estrume da sociedade”. A mensagem do deputado Bolsonaro provocou reações distintas nos passageiros. Alguns aplaudiram, alguns torceram o nariz, a maioria ficou indiferente.

Esse tipo de reação embotada diante de um absurdo de tamanha magnitude, mostra o quanto a corrupção da linguagem e a sua adequação ao senso-comum, ao pastiche, ao preconceito mais rasteiro, são capazes de comprometer algumas das conquistas mais importantes da civilização. A expressão “direitos humanos” foi corrompida, foi destituída de seu sentido original para virar um aparato, para virar um grupo, uma pessoa, - uma “coisa” talvez seja a palavra mais adequada - que existe “pra ir lá e defender os bandidos”. A velocidade com que se reproduzem clichês, reforçando o senso-comum, produz variações de todo tipo como, por exemplo: “direitos humanos só para os humanos direitos”, “onde estavam os direitos humanos quando aquele pai de família foi morto?”, “os direitos humanos não apareceram pra defender aquela moça que foi estuprada”, etc, etc, etc...

Para mim, que sou jornalista, e que escolhi a cobertura de temas ligados aos direitos sociais e aos direitos humanos como prioridade no exercício do meu ofício, é muito duro admitir que, do ponto de vista da massificação da informação, essa visão tacanha e obtusa está longe de perder espaço. Eu diria que isso é especialmente duro para um jornalista que entende o jornalismo não apenas como um conjunto de técnicas que permitem a mediação entre os fatos e os leitores, telespectadores ou ouvintes. Jornalismo é, sobretudo, uma forma específica de conhecimento.

Conhecer o mundo é se apropriar de um conjunto de conceitos que foram produzidos pela experiência humana através dos tempos. Esses conceitos são expressos pela linguagem. A apropriação das palavras, e de seus significados, denota justamente a apropriação do mundo concreto. Então, zelar pela integridade da linguagem, do significado das palavras, é zelar pelo conhecimento acumulado pela humanidade, que representa um patrimônio inestimável para todos nós. A defesa da linguagem e do significado das palavras contra a distorção, contra a manipulação e contra o obscurantismo que impede o conhecimento é uma tarefa do jornalismo. Denunciar o preconceito e o pastiche também é uma tarefa do jornalismo. Então, por que isso não é feito mais amiúde? Por que os meios de comunicação não oferecem um espaço correspondente à demanda da sociedade por direitos humanos?

Eu diria que há um debate com que as empresas de comunicação têm que lidar. Estariam elas colocando seus interesses corporativos, políticos ou empresariais acima dos interesses da sociedade, ou não? Esse tema da responsabilidade social vem sendo tratado pelas empresas de uma maneira ou de outra, e tem de prosseguir.

Mas, nós jornalistas, também temos uma discussão importante a travar no que diz respeito à presença dos direitos humanos na mídia. Será que nós estamos cumprindo uma das principais prerrogativas de todo repórter, que é a de tentar interferir na agenda de cobertura dos lugares onde trabalhamos? A julgar pelo levantamento publicado no livro que está sendo lançado aqui, a resposta é não. Quando ficamos sabendo que apenas 0,5 % das reportagens analisadas apresentam um conceito explícito de direitos humanos, é evidente que a resposta é não.

Em meu entendimento, há duas explicações para isso: primeiro, faltam ferramentas teóricas para que os jornalistas superem a superficialidade, as aparências e o senso comum. Segundo: falta um compromisso ético um pouco mais genérico - e mais universal - que tenha precedência sobre a busca do furo de reportagem. E aí voltamos a tocar em dois pontos que, para mim, são duas pré-condições para o exercício do jornalismo.

Quando falo em ferramentas teóricas, estou me referindo, mais uma vez, ao jornalismo como forma de conhecimento. Não quero ensinar o padre nosso ao vigário, é evidente que num congresso sobre educação há pessoas muito mais versadas em Paulo Freire do que eu. Mas acho que um dos enunciados mais simples e mais brilhantes que o famoso pedagogo formulou em sua longa contribuição para a humanidade no sentido de oferecer um pensamento inovador foi aquele que diz: “a leitura do mundo antecede a leitura das palavras”. Li isso, quando era ainda adolescente, num texto curtinho, mas belíssimo, chamado “A importância do ato de ler”. Nesse texto, que tem uma linguagem quase poética, Paulo Freire descreve como ele, menino, no quintal da sua casa, no Recife, foi juntando os fragmentos da vida e dando um sentido ao caos para fazer a sua própria leitura do mundo. Isso que o menino Paulo Freire fez, e que todas as pessoas fazem o tempo todo, de maneira intuitiva, cada vez que se deparam com uma situação que elas não conhecem,

nós, jornalistas, o fazemos de maneira absolutamente sistemática, porque faz parte da nossa rotina de trabalho juntar os fragmentos da vida e tentar dar um sentido a eles.

Os fatos, os fenômenos, os acontecimentos, a notícia, enfim, tudo aquilo que é matéria prima da nossa profissão, não aparecem diante de nós como algo já elucidado. É preciso juntar os fragmentos da vida e cumprir todo o percurso da abstração, transformando o concreto em concreto pensado, num processo permanente de superação das aparências. E jornalismo é justamente a arte de raspar o verniz das aparências. Mas, para isso, é preciso ter as tais ferramentas teóricas para elucidar os fatos. É preciso estabelecer conexões entre causas e conseqüências, é preciso constituir interconexões entre os fatos, é preciso buscar o contexto, é preciso aprofundar a investigação, coisa que não temos feito, como mostra o levantamento da Andi. Em outras palavras: não conseguiremos superar o senso-comum, e nem demonstrar o equívoco da mensagem da camiseta do deputado Bolsonaro, se não estivermos preparados para isso.

Eu gostaria de relatar um fato que, para mim, é emblemático, e que me proporciona reforçar a tese do quanto é importante não ser enganado pelas aparências, além de explicitar outra pré-condição para o exercício do jornalismo: o compromisso ético inerente à condição de profissional da notícia.

No fim de 2003, eu propus ao Jornal Nacional uma crônica de viagem. Minha equipe embarcaria em Porto Velho e, seguindo o rio Madeira, entraria no rio Amazonas, tendo Belém do Pará como porto de chegada. E assim foi feito; percorremos, sem pauta, mais de 3 mil quilômetros de rio para mostrar a vida dos ribeirinhos, a maneira como eles viajam, sua cultura, suas formas de sobrevivência, etc... A reportagem prosseguiu levantando histórias maravilhosas, tudo de acordo com o planejado, até chegarmos ao Estreito de Breves. Neste ponto do rio Amazonas, já na Ilha de Marajó, vimos barquinhos atracados em balsas enormes. Então, comentávamos: “olha que coisa!, essa molecada é muito esperta!, estão pegando carona nos balseiros, e não precisam remar!”, e tocamos a viagem adiante. Quando nossa embarcação aproximou-se do porto de Breves, as canoas dos meninos passaram a cercar os grandes navios de passageiros, e eu vi as crianças gesticulando e emitindo um gemido, um choro estridente, como se fosse um lamento. E as pessoas, os passageiros do barco, jogavam pacotes de plástico na água, atiravam sacolas cheias de roupa e biscoitos no rio. Só então percebi que aquilo era um ritual de mendicância. Os meninos, alguns maltrapilhos, alguns nus, alguns apenas de fralda, eram mendigos do rio. Decidimos, eu e minha equipe, descer em Breves para entender melhor aquilo tudo. Então descobrimos que não se tratava apenas de mendicância, havia uma rede de aliciamento, um complexo esquema de abuso sexual de crianças e adolescentes. Os barquinhos atracados nas balsas de transporte de mercadorias não estavam pegando carona, eram o meio de transporte usado pelas meninas que subiam nas balsas para serem abusadas sexualmente pelos balseiros. Essa reportagem é emblemática porque a aparência, que nos enganou num primeiro momento, foi desmascarada em um mergulho um pouco mais profundo na reportagem.

Eu sempre volto àquilo que chamo de o axioma de Cláudio Abramo. Abramo, famoso por liderar reformas editoriais dos grandes jornais de São Paulo na segunda metade do século passado, ensinava que a ética do jornalista é a ética do marceneiro, querendo dizer com isso que não existem duas éticas; se você não mente como jornalista, não pode mentir como cidadão; se você não engana como cidadão, você não pode enganar como jornalista. O que me incomoda como cidadão, me incomoda como jornalista. Encontrar crianças mendigando e sendo abusadas sexualmente no rio Amazonas me incomodou

profundamente como cidadão e, portanto, me incomodou como jornalista. Por essa razão decidi relatar o caso.

Meu compromisso com a notícia, no entanto, não se esgota com a publicação ou com a veiculação de uma reportagem. Quando a história das crianças de Breves foi ao ar, eu soube, através de relatos dos moradores, que houve uma violenta reação das autoridades municipais, acusando-me, nos programas de rádio locais, de atacar a cidade e seus habitantes “mostrando somente coisas ruins e negativas” em vez de divulgar “o lado bom”, como se pudesse existir algo de positivo no silêncio e na indiferença diante do abuso sexual de crianças e adolescentes.

Esse expediente de prestidigitação política, infelizmente tão comum entre políticos brasileiros, tenta justificar a omissão através do desvio das atenções. Em vez de usar os equipamentos públicos de que dispõem para enfrentar o problema, as autoridades preferem simplesmente negá-lo.

No caso de Breves, houve a agravante adicional de um princípio de caça às bruxas, com perseguições às fontes que nos abasteceram de informações, especialmente às voluntárias da pastoral da criança da prelazia da Ilha de Marajó. Como eu acabara de entrar em férias, comuniquei o fato à produção do Jornal Nacional para que acompanhássemos os desdobramentos da situação. Entretanto, fiquei tão incomodado com o que estava acontecendo em Breves que telefonei para o pessoal da pastoral da criança e sugeri que convidassem o prefeito, os vereadores e a população em geral para um debate sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu próprio me ofereci para participar ou mediar tal debate. As voluntárias da pastoral gostaram da idéia, reservaram o auditório da prefeitura e convidaram os moradores. Eu tomei o primeiro avião para Belém e, depois, viajei doze horas de barco para estar em Breves a tempo da data marcada para o evento, um sábado. Quando cheguei, sem equipe e sem equipamento, disse aos que me receberam no porto que eu não era mais o repórter que estivera lá semanas antes representando a empresa para a qual trabalho. Ali eu era pessoa física. Procurei deixar bem claro, entretanto, que minha condição de jornalista me impede de arrancar o cidadão que há em mim. Os políticos não só não apareceram como mandaram trancar a cadeado a porta do auditório onde nos reuniríamos. Fomos então para a praça da cidade e discutimos durante quatro horas a criação de um fórum de discussões sobre os direitos da infância e da adolescência em Breves. Foi uma noite memorável, em que todos nos renovamos e aprendemos uns com os outros.

Não tenho ilusões sobre o papel de uma reportagem, ainda que no telejornal mais importante do país, na transformação de uma realidade injusta. Não podemos superestimar o jornalismo; ele não muda o mundo, apenas mostra o que deve ser mudado. Mas acredito firmemente na ação concreta de cidadãos organizados e conscientes de sua cidadania. Isso sim pode nos dar um país melhor.



www.dhnet.org.br